

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.570 - MG (2019/0092248-4)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : RAFAEL MACHADO CABRAL**  
**ADVOGADO : LEANDRO ROCHA - MG152172**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAFAEL MACHADO CABRAL, contra acórdão proferido pela 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.013145-8/000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente desde o dia 06-02-2019, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 157, § 2º -A, inciso I, do Código Penal.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Sustenta, outrossim, que não haveria indícios mínimos de autoria em desfavor do réu.

Realça as condições pessoais favoráveis do recorrente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predicanos que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a RAFAEL MACHADO CABRAL, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 224-227):

[...]

*Narra a denúncia que no dia 27 de novembro de 2018, por volta das 09h40, na Fazenda Amargoso, zona rural de Campo do Meio/MG, Rafael Machado Cabral, ora paciente, agindo em concurso de pessoas com indivíduo ainda não identificado e mediante grave ameaça exercida por meio de emprego de arma de fogo, subtraiu para si coisa alheia móvel de propriedade de M.S.R. e A.S.D.*

*Consta que, na data dos fatos, A. consertava o portão da entrada de sua residência quando foi abordado pelos*

*agentes, de modo que o ofendido, sempre sob a mira de uma arma de fogo, foi obrigado a entrar no imóvel, onde M. – filha de A. – também foi abordada. Nessa oportunidade, o paciente e o outro indivíduo envolvido exigiram a todo momento, sob ameaças, dinheiro e arma de fogo, ocasião em que as vítimas entregaram a quantia de R\$ 1.600,00 aos autores.*

*Por fim, na posse do dinheiro em questão, os agentes empreenderam fuga, contudo, Rafael foi posteriormente reconhecido por M.*

*Inicialmente, observo que se pretende a partir do presente habeas corpus uma inviável incursão na análise da prova – relacionada à tese de negativa de autoria –, em atividade de cognição reservada ao próprio mérito da ação penal. Tal operação, se acolhida fosse, importaria, quando menos, em verdadeira inversão da sistemática jurisdicional pátria, atalhando-se, inclusive, todo o primeiro grau de jurisdição.*

*[...]*

*Ademais, para a decretação da prisão preventiva não se exige prova incontroversa da autoria delitiva, mas apenas indícios suficientes, os quais se encontram presentes no caso em apreço, mormente em face do oferecimento e devido recebimento da denúncia, na qual é imputada ao paciente a prática do crime previsto no artigo 157, §2º, II, §2º-A, I, do Código Penal.*

*Quanto à alegação de ausência de motivos que autorizam a manutenção da cautelar extrema, julgo que a ordem não deve ser concedida, uma vez que não ficou configurado o alegado constrangimento ilegal.*

*Verifico, com efeito, que a prática delitiva supostamente empreendida pelo paciente encontra-se bem explicitada nos elementos carreados aos autos, sucintamente apontados na decisão que decretou a prisão preventiva (doc. ord. 12, fs. 08/13), estando presentes os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, os quais, aliás, se afiguram suficientes não apenas à decretação, mas à própria manutenção do acautelamento preventivo.*

*Ainda que simplificada e algo generalista a fundamentação do ato constritivo ora impugnado, é de se ver que existem dados concretos aferíveis sem esforço, pela cognição rasa, inclusive neste grau de jurisdição, que bem se integram ao raciocínio e à conclusão cautelar advinda da instância de base.*

*In casu, os elementos encartados no processo são suficientes para indicar a conveniência da manutenção da*

*custódia cautelar. Isso, porque a prática delitiva, tal como noticiada, revela a destacada ousadia e a concreta periculosidade do paciente, uma vez que, ao que se noticia, o crime teria sido cometido por Rafael em concurso autoral com outro indivíduo ainda não identificado e mediante grave ameaça exercida por meio do emprego de arma de fogo, oportunidade em que foi subtraído a quantia de R\$ 1.600,00 pertencente às vítimas, que, em tese, foram constantemente ameaçadas durante a ação delituosa.*

*Com efeito, essas são circunstâncias que potencializam a análise de cuidado e proteção ao corpo social a ser feita no juízo de risco próprio desta fase processual (juízo de periculosidade e não juízo de certeza), o que me leva a acreditar que não se pode, in casu, falar em ilegalidade ou ausência de fundamentação da decisão constritiva, constituindo-se a manutenção da segregação do paciente em medida necessária para o efetivo resguardo da ordem pública.*

*Pelos mesmos fundamentos expendidos acima, entendo pela impossibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a meu ver, são insuficientes e ineficazes para a plena garantia da ordem pública.*

*Além disso, o crime de roubo majorado, por cuja suposta autoria o paciente foi preso reclama, no preceito secundário das respectivas normas penais incriminadoras, pena máxima superior a quatro anos, o que, per se, preenche o requisito descrito no inciso I do artigo 313 do CPP, constituindo-se em mais dos pressupostos a justificar, em sua modalidade preventiva, a segregação cautelar do agente.*

*Assim, presentes os requisitos da prisão preventiva, não há falar-se em transgressão ao postulado da presunção de inocência (ou de não-culpabilidade). Do contrário, não haveria prisões cautelares, mas apenas definitivas, sendo certo que ambas as modalidades têm respaldo em nosso ordenamento jurídico-constitucional.*

*Por fim, a simples existência de condições pessoais favoráveis, não tem o condão, por si só, de desconstituir a segregação cautelar do paciente, no caso em comento. Não são elas, as condições subjetivas, garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade, quando os elementos do caso em concreto apontam como necessária a manutenção da segregação preventiva.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte

recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator